



PLANO DE GOVERNO

PREFEITURA DE PIRACICABA (SP)

(2017-2020)

THIAGO NALESSO (PREFEITO)

LUZ RODRIGUES (VICE-PREFEITO)

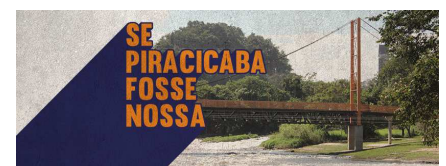


PIRACICABA

2016

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste documento é apresentar um plano de governo cidadão para a cidade de Piracicaba. O presente texto é construído coletivamente, a partir da metodologia “*Ver, Julgar e Agir*”, que visa diagnosticar a atual situação da cidade (*Ver*), analisar quais são as principais áreas de atenção (*Julgar*) e delimitar políticas públicas para a solução (*Agir*) de problemas da gestão pública no município de Piracicaba. O documento está em fase de elaboração, portanto novas propostas – vindas dos Núcleos, dos filiados e dos simpatizantes do PSOL Piracicaba – são fundamentais para a elaboração de um documento fiel às demandas da cidade e, também, operacional, enquanto política pública que visa se efetivar a partir de 1º de janeiro de 2017.



50+ (MAIS DE CINQUENTA) PROPOSTAS CRÍTICAS

CIDADE DE PIRACICABA (SP)

1. ECONOMIA

A) ORÇAMENTO PÚBLICO

A partir do pressuposto de que a cidade deve ser construída a partir de seus próprios cidadãos, consideramos que um orçamento público cidadão é aquele onde a Transparência Pública e a Participação Cidadã são ferramentas essenciais e que devem ser amplamente utilizadas para o planejamento do uso do dinheiro público, visando sua função social.

Desta maneira, nesta área nossas propostas são:

a) Orçamento Participativo

Por meio de: 1) Plano-plurianual (PPA) Participativo; 2) Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) votadas com ampla participação popular e 3) Lei Orçamentária Anual (LDA) que atenda da melhor maneira as demandas levantadas nas diretrizes anteriores. Em suma, um planejamento onde os cidadãos sejam ouvidos e atendidos por meio de audições públicas e pela efetivação dos Conselhos Populares Municipais.

b) Transparência Pública e Participação Cidadã

As propostas de Transparência Pública e Participação Cidadã serão efetivadas pela operacionalização dos Conselhos Populares Municipais, que são organizados pelos próprios cidadãos em relação direta com o poder público. Assim, atendendo diversas áreas (saúde, educação, meio-ambiente, etc). Infelizmente, essa ferramenta, de primeira



qualidade para compreensão das demandas de Piracicaba, não está sendo efetivada pelas atuais gestões municipais, que não se preocupam com um governo aberto, transparente e com ampla participação popular.

c) Auditoria da Dívida Pública Municipal

A atual situação da administração pública do município de Piracicaba (SP), assim como em todo o Brasil, concretiza-se a partir de uma prefeitura endividada. Tais dívidas originaram-se a partir do que chamamos de “Projetos de Cidade Maravilha”, que os últimos prefeitos (principalmente, o atual candidato, Barjas Negri - PSDB) realizaram. Em suma, tratou-se de um desperdício enorme de dinheiro público com obras rodoviárias (como grandes projetos de viadutos e pontes) que, inclusive, rendem ao citado candidato ações de inquérito policial junto ao Ministério Público Estadual¹ por mais de 200 (duzentos) contratos, supostamente, irregulares na área de construção civil pública, em parceria com a empresa privada “Concivi”, no município de Piracicaba (SP).

A partir do exposto, consideramos fundamental que uma nova prefeitura, que assuma a representatividade popular, efetive, de fato, uma Auditoria Pública da Dívida Municipal, identificando os responsáveis pelo atual déficit público (que devem ser enquadrados no crime de improbidade administrativa e responsabilidade fiscal). Assim, como as dívidas (seus contratos) reanalisados e, também, verificado a capacidade que o bem público (prefeitura, no caso) possui de arcar com os atuais déficits (principalmente, seus juros bancários). Caso sejam verificados irregularidades nos contratos financeiros, a dívida deve ser renegociada (e, em alguns casos, extinta) garantindo o usufruto social do dinheiro público. Tal experiência foi realizada pela experiência inovadora do presidente do

¹ Disponível em: <<http://g1.globo.com/sp/piracicaba-regiao/noticia/2013/08/mpe-investiga-226-contratos-entre-construtora-e-prefeitura-de-piracicaba.html>>. Acesso em: 08 Ago. 2016.



Equador, Rafael Correa. Um fato que permitiu a redução da Dívida Pública Nacional Equatoriana pela metade.

B) TRABALHO E RENDA

É impossível caracterizar socioeconomicamente o município de Piracicaba, desconsiderando seu papel na rede urbana do estado de São Paulo e, por consequência, do território brasileiro. Desta maneira, como demonstrado na “Figura 1” (apresentada na página a seguir) a cidade de Piracicaba ocupa posição estratégica nos fluxos que a metrópole paulista (cidade de São Paulo) e o Porto de Santos estabelecem com o interior do país (sendo o mesmo no sentido inverso).

Além disso, o município de Piracicaba possui uma complexa caracterização econômica, dada pela diversidade de ramos produtivos em seu território (com forte presença dos setores: sucroenergético, automotivo e da construção civil), pelas suas características populacionais (+380 mil habitantes e mão de obra industrial qualificada) e pela sua centralidade regional, que resultam em uma forte presença, em seu produto interno bruto, da indústria e do setor terciário (comércio e serviços).



Figura 1

Piracicaba: posição na rede urbana paulista e outras informações



Fonte: Estatísticas a partir de PNAD/IBGE / RAIS/SEADE (2015) ².

No quesito empregatício, como especificado na “Figura 1”, o município de Piracicaba, segundo estimativa do “Sistema Estadual de Análise de Dados” (SEADE) possuía, em 2015, mais de 380 mil habitantes. Deste total, mais de 255 mil devem ser considerados população economicamente ativa (entre 15 e 60 anos) e, segundo o Relatório Anual de Informações Sociais (RAIS), ano de 2015, o total de vínculos

² Na área de estatísticas sociais, existe uma grande discussão sobre as metodologias para o cálculo do desemprego. Por exemplo, como especificamos na “Figura 1”, a metodologia PNAD-IBGE tende a impulsionar a porcentagem de desempregados para baixo (fato que pode considerar, inclusive, um morador de rua como pessoa empregada). De outro lado, se calcularmos o desemprego por meio dos dados do RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais), em relacionamento com dados populacionais – dos quais utilizamos o SEADE (Sistema Estadual de Análise dos Dados) – o índice de desemprego é impulsionado para cima (fato que pode considerar, inclusive, pessoas possivelmente “incapacitadas” para o trabalho, como desempregadas factuais). Desta maneira, em nosso texto analítico, **preferimos analisar o dado do desemprego em Piracicaba por meio de um olhar coerente e crítico, situando por volta de mais de 20% da população de Piracicaba desempregada, subempregada ou empregada sem nenhuma espécie de contrato de trabalho (o que lhe garantiria certa seguridade social).**

empregatícios está próximo ao número de 130 mil contratos formais (sem carteira de trabalho). A partir desses dados, calculando o índice de desemprego bruto, chegamos ao **dado alarmante de mais de 20% da população desempregada, subempregada ou empregada sem contrato de trabalho (o que lhe garantiria seguridade social).**

É evidente que os dados oficiais escondem tal informação e assim, por exemplo, se utilizarmos metodologias estatais (como o DIEESE ³, o PME ⁴, ou o próprio IBGE, por meio da PNAD ⁵) para o cálculo do índice de desemprego em Piracicaba, chegaremos à informação de menos de 12% da população desempregada. Entretanto, uma política pública que se preze deve estar amparada com dados concretos e que demonstrem a real situação socioeconômica. Desta maneira, **é possível perceber que uma demanda urgente na área de trabalho e renda no município de Piracicaba (assim como em todo o Brasil) é formalização do trabalho informal, fortalecimento dos contratos trabalhistas existentes e seguridade social aos desempregados.**

Como pode ser verificado no “Gráfico 1” apresentado a seguir, o setor de comércio e serviços (setores que mais ocupam o trabalhadores informais) representaram juntos, em 2015, a maior parcela do total de vínculos empregatícios.

³ DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos.

⁴ PME – Pesquisa Mensal do Emprego.

⁵ PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílio do IBGE.

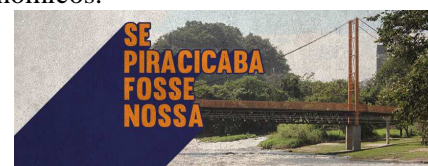
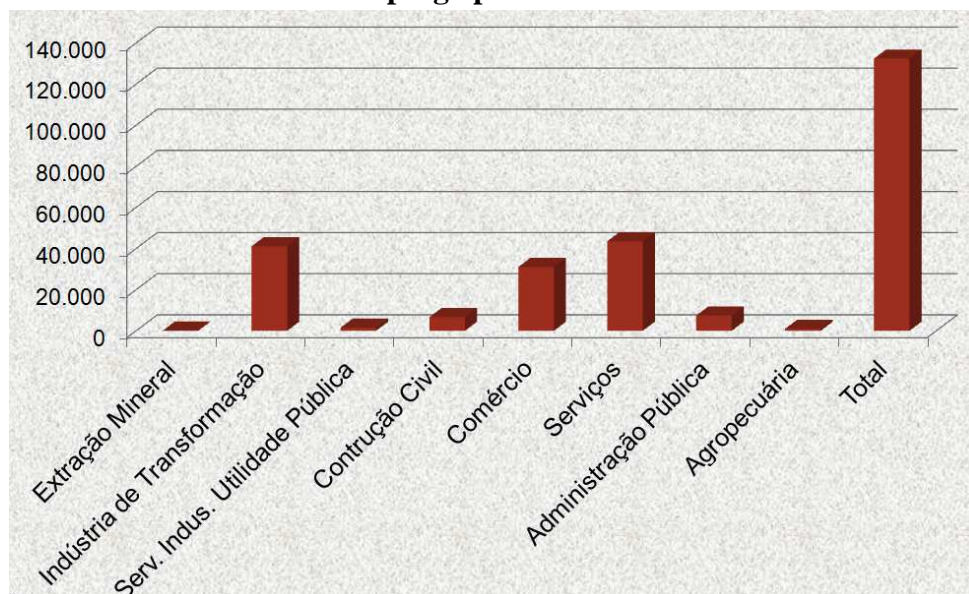


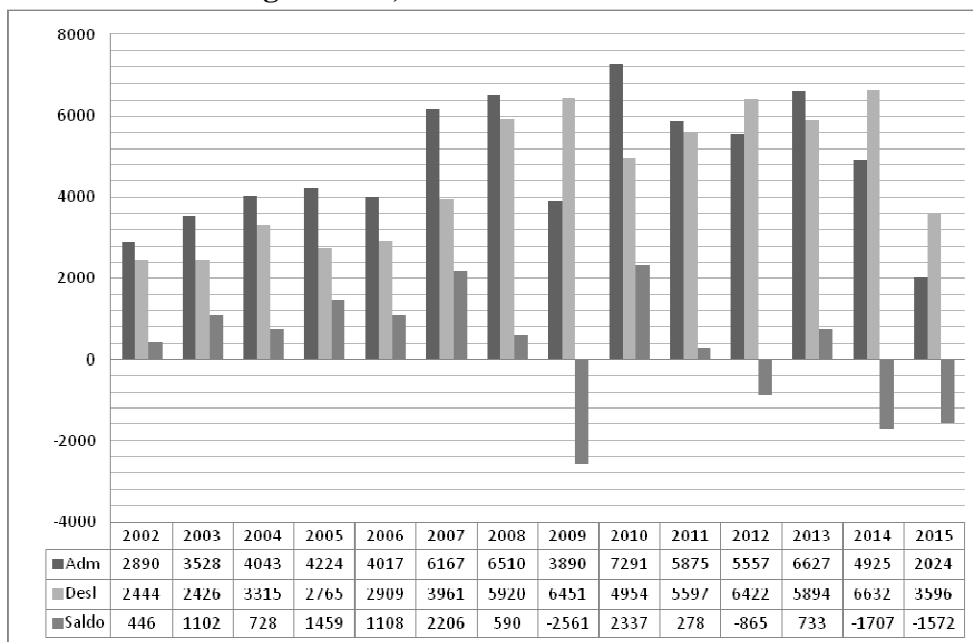
Gráfico 1
Piracicaba: emprego por atividade econômica



Fonte: IPPLAP (2015)

Quanto ao setor industrial, o ramo metalmeccânico do município vem acumulando déficits empregatícios nos últimos dois anos (além de resultados minúsculos em outros anos), fato que é reflexo, principalmente, da crise financeira internacional, que impactou o setor sucroenergético e da construção civil em escala nacional, afetando assim, também, seus ramos subsidiários, como as indústrias situadas em Piracicaba (como Dedini S/A e Caterpillar, por exemplo).

Gráfico 2 - Piracicaba: movimentação dos empregos metalmecânicos, admissões e desligamentos, entre os anos de 2002 a 2015



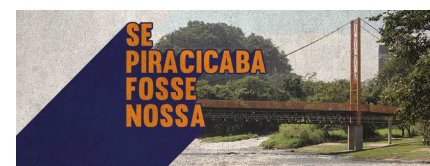
Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), 2015.

Os resultados nas informações de trabalho e renda do município de Piracicaba apenas não são piores devido à instalação da “Hyundai Motor Company” no município, no assim chamado “Parque Automotivo”. Entretanto, consideramos que apenas essa indústria, de um setor desvinculado à economia regional (como um todo), não é capaz de garantir seguridade trabalhista no médio e longo prazo para os cidadãos de Piracicaba.

Desta maneira, concluímos nossa análise da situação do trabalho e renda no município de Piracicaba, descrevendo-a como crítica. Assim, a partir do exposto, nossas propostas para a área de trabalho e renda são:

I. Formalização dos contratos de serviços informais de diversos ramos produtivos e principalmente no fortalecimento do sistema de seguridade social para os “Micros Empreendedores Individuais” (MEIs).

II. Análise e fortalecimento do Banco do Povo: linhas de crédito para o desenvolvimento humano e o crescimento econômico.



III. Desenvolvimento de projetos de economia solidária nas periferias como objetivo, primordial, da educação financeira doméstica.

IV. Criação de centros comerciais na periferia, com isenção de IPTU, para fortalecimento do setor terciário (comércio e serviços).

V. Criação do Observatório do Trabalho. Medição do emprego e desemprego, combate ao trabalho infantil e à precarização do trabalho.

VI. Fortalecimento dos Centros de Arte e Ofícios (CAOFs), dos Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT) e dos seguros sociais aos trabalhadores informais.

VII. Cursos gratuitos de software e hardware de microcomputadores e *smartphones*, política ligada às secretarias de Educação e de Ciência e Tecnologia. Essa política poderá ser promovida nos centros comunitários e escolas municipais.

VIII. Criação de uma cooperativa para os jovens técnicos em informática que se desenvolverem a partir da proposta anterior (VII).

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Em nossa análise sobre o trabalho e renda do município de Piracicaba, contemplamos uma análise sobre a Indústria, o Comércio e os Serviços da cidade. Desta maneira, nesta parte, hora mencionada, cabe-nos, apenas, apresentar as propostas. São elas:

I. Novamente, formalização dos contratos de serviços informais de diversos ramos produtivos e principalmente no fortalecimento do sistema de seguridade social para os “Micros Empreendedores Individuais” (MEIs).

II. Formalização das atividades econômicas informais (como camelos, ambulantes e subempregados).



III. Formalização dos informais na área de construção civil.

IV. Formação de uma agência de gestão dos recursos hídricos e de energia nas áreas de empreendimento urbano e rural, além de um núcleo de desenvolvimento para o uso de materiais recicláveis na construção civil.

V. Criação de polos de qualificação juvenil na formação de mão de obra qualificada.

VI. Criação de um observatório de comunicação dos agentes econômicos para viabilidade de serviços da cidade.

VII. Instituição de um núcleo de representação de classes e do poder público na área de serviços.

VIII. Criação de um núcleo de Estudos e Pesquisas urbanos nas áreas de construção civil com apoio das universidades, faculdades e institutos de pesquisas

2. SEGURANÇA PÚBLICA

A partir da pesquisa divulgada pelo Portal G1, no ano de 2015, a Segurança Pública é a principal preocupação do cidadão Piracicabano. Desta maneira, colocamos o tema como prioridade de nosso plano, pois (como já introduzimos) esse plano é feito a partir das demandas horizontais dos cidadãos. Para tanto, temos a seguinte perspectiva:

Para nós, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o aumento da violência urbana é fenômeno, intrinsecamente, interligado ao aumento da desigualdade social. Desta maneira, nosso plano, nesta área, objetiva a redução da miséria e do desemprego, amenizando, no mínimo, seus males, por da **ampliação efetiva dos programas de Assistência Social no**



município de Piracicaba. Essa proposta será mais bem abordada em nosso programa para a Educação.

Além disso, uma das demandas da área de segurança pública nacional é unificação das policias federais, estaduais (civil, militar) e municipais (guarda municipal), democratizando sua gestão, garantindo transparência nas informações, treinando melhor seus oficiais, aumentando a remuneração salarial, desmilitarizando sua estrutura e salvando vidas, dos próprios policias e, principalmente, dos cidadãos, que se sentirão mais seguros, tendo uma policia companheira da comunidade.

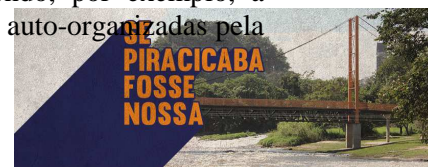
Além disso, o nó górdio da segurança (ou insegurança) dos cidadãos está nas relações em que a polícia estabelece com o tráfico de drogas. Como sabemos, apenas uma proposta nacional de regulamentação do circuito espacial produtivo das drogas ilícitas no Brasil é que poderá dar conta de tamanha demanda.

3. EDUCAÇÃO

Como mencionamos, consideramos que um projeto de educação de qualidade é peça fundamental para o atendimento das demandas sociais, econômicas e políticas do município. O cidadão que não frequentou uma boa escola enfrentará maiores dilemas - de ordem econômica, política e social - do que aquele que teve acesso a uma boa escola infanto-juvenil ⁶.

Para isso, consideramos como demandas prioritárias na área de Educação:

⁶ Lembrando que nossa proposição de educação é aquela que permita a libertação do cidadão para a própria compreensão crítica do mundo que o cerca, compreendo, por exemplo, a necessidade da ampliação das democracias participativas e das repúblicas auto-organizadas pela sua própria população.



I. Executar e avaliar as propostas aprovadas no Plano Municipal de Educação (2014-2024) e os seus desdobramentos, observando as possibilidades e limites do Orçamento Público. Isso deve ser feito por meio da avaliação e monitoramento dos Conselhos Municipais da Educação, sociedade civil, profissionais do magistério e da educação, sindicatos da educação, movimentos sociais, universidades e outros.

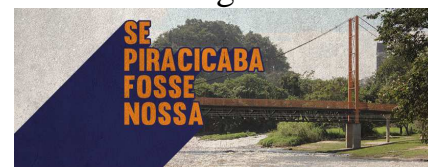
II. Realizar Conferências Municipais de Educação todos os anos para avaliar os avanços, corrigir os erros e planejar o futuro das políticas públicas.

III. Efetivar práticas e atitudes para a Educação em Direitos Humanos no âmbito das escolas e do sistema municipal de ensino que valorizem e desenvolvam condições para a garantia da dignidade humana. Com comprometimento efetivo no combate ao racismo, ao sexismo, ao machismo, à homofobia e outras formas de discriminações. É necessário, também garantir a laicidade, respeitando todas as crenças e não crenças religiosas, combatendo toda e qualquer forma de proselitismo, assegurando o respeito à diversidade religiosa.

IV. Efetivar práticas e atitudes permanentes para a Educação Ambiental, no âmbito das escolas e do sistema municipal de ensino. Criar e manter espaços educadores sustentáveis, desenvolver programas de formação para os docentes e os profissionais da educação em parceria com as instituições, ONGs e movimentos sociais que trabalham na área.

V. Promover o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana.

VI. Viabilizar o Plano de Carreira para os professores(as) da rede municipal. Aprofundar conceito de meritocracia, considerando as condições estruturais e sociais de trabalho dos docentes. Superar o trabalho burocrático dos docentes, valorizando a relação professor aluno. Dialogar



com todas as entidades sindicais da educação na cidade como também com os movimentos sociais que militam na educação.

VII. Viabilizar plano de carreira para tod@s as profissionais da educação como: merendeiras(os), escriturários(as), orientadores(as) de alunos, secretários(as), auxiliares de ação educativa e demais servidores que atuam nas escolas.

VIII. Oportunizar formação pedagógica, em horário de serviço, para todos os docentes, diretores e coordenadores pedagógicos, como também para os servidores que atuam nas escolas.

IX. Ampliar as vagas nas creches para as crianças matriculadas em período integral e flexibilizar o horário de atendimento de acordo com as necessidades locais.

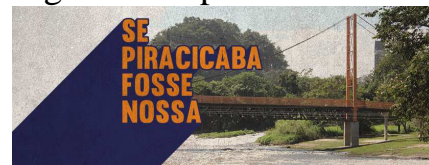
X. Realizar levantamento real de demanda de vagas na Educação Infantil, considerando a demanda reprimida. Organizar uma força tarefa em conjunto, com a parceria dos Conselhos Tutelares, Defensoria Pública, e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, entre outros.

XI. Criar programas intersetoriais de educação nas secretarias do município (como a de Cultura, que abordaremos no respectivo item) visando à qualidade da educação, como também a garantia dos direitos à cidade para as crianças e adolescentes, pequenos cidadãos de Piracicaba.

XII. Incentivo a criação de uma Associação de Educadores de Piracicaba (AEP).

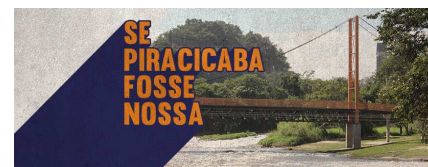
4. SAÚDE

Em tempos de desmonte e privatização do Sistema Único de Saúde (SUS), a nossa proposta para a área de saúde no município de Piracicaba – SP é embasada e viabilizada como um direito social garantido pela



Constituição Brasileira de 1988. Neste sentido, sinalizamos que a área da saúde do município é prioridade e deve promover um processo de reestruturação do sistema de saúde em uma rede de atendimento e procedimentos de atenção, cuidados prevenção sistemática de serviços a nossa população piracicabana.

- I. Operacionalização do Conselho Municipal de Saúde.
- II. Ampliação, fiscalização e capacitação dos programas de saúde que dão assistência domiciliar para a população de piracicaba.
- III. Criação de Farmácias Populares 24 horas.
- IV. Projeto Saúde Preventiva nos centros comunitários e escolas, com palestras, informações e atendimentos, como se alimentar bem e melhor.
- V. Projeto saúde mental do trabalhador.
- VI. Projeto saúde, educação e meio ambiente – desenvolvidos com agentes comunitários em áreas de risco ambiental.
- VII. Programa de saúde: treinamento de alunos, professores, alunos, diretores, coordenadores e orientadores educacionais da rede pública de ensino na prevenção de doenças.
- VIII. Médico e enfermeira da família na comunidade.
- IX. Projeto sem estresses: atendimento psicológico comunitário. Apoio dos projetos já existentes nessa questão e diagnóstico da atual situação nessa área (CRAS; CREAS, etc).
- X. Qualidade de vida e alimentação: atendimento com nutricionista.
- XI. Projeto sorriso cidadão: atendimento odontológico comunitário – parceira com a Unicamp e profissionais da área.
- XII. Promover políticas públicas para suprir a insuficiências de médicos especialistas, dentistas, nutricionistas, farmacêuticos,



- fonoaudiólogos, psicólogos, terapeutas ocupacionais, enfermeiros, assistente sociais, educadores físicos técnicos da saúde e profissionais na área da saúde na rede pública do município;
- XIII. Criação de núcleo de profissionais especialista em saúde pública, vigilância epidemiológica, vigilância sanitária e toxicologia;
- XIV. Criação de sistema de informatização integrado entre o setor público e privado de saúde;
- XV. Estruturar e operacionalizar o conselho municipal de saúde;
- XVI. Estudos de viabilização de um centro de exames de saúde e especialidades de difícil acesso;
- XVII. Criar um pronto atendimento aos moldes do Conselho Federal de Medicina e economicamente sustentável;
- XVIII. Criação de núcleo de saúde para viabilizar estudos e projetos progressivos de leitos hospitalares para saúde mental, clínica cirúrgica, UTI adulta, UTI pediátrica, neonatal e leitos.
- XIX. Criação de um centro de serviços de verificação de óbitos;
- XX. Núcleo veterinário, educação e adestramento animal para a população de baixa renda;
- XXI. Regularização das ONGs que cuidam e tratam do bem-estar animal;
- XXII. Estruturação de um canil e gatil municipal em parcerias com as ONGs.

5. CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Nossa principal preocupação na área de Cidadania e Direitos Humanos é no fortalecimento da representação popular por meio dos Conselhos Municipais e pela preocupação fundamental



quanto à garantia dos direitos das minorias étnicas, religiosas e de gênero.

Assim, entres nossas propostas, constam:

I. Operacionalização dos Centros Comunitários e Fortalecimento dos Conselhos Populares Municipais.

II. Projeto resistir e viver bem: acompanhamento aos jovens em situações de vulneráveis, como tráfico de drogas.

III. Núcleo de estudo sobre a violência juvenil em Piracicaba.

IV. Observatório dos Direitos Humanos.

V. Projeto resistir e viver bem: acompanhamento aos jovens em situações de vulneráveis, como tráfico de drogas.

VI. Núcleo de estudo sobre a violência juvenil em Piracicaba.

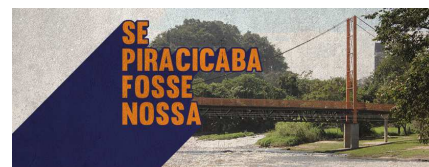
VII. Observatório dos Direitos Humanos.

6. ASSISTÊNCIA SOCIAL

A área de assistência social é o centro de nossas preocupações. Como socialistas e promovedores das liberdades coletivas, não haveria de ser diferente. Esse fato pode ser visualizado numa análise ampla deste próprio plano de governo, no qual, em todas as áreas abordadas, a assistência social (seja no combate ao desemprego, seja na garantia de direitos às minorias) ocupa papel central.

De maneira específica, na área de Assistência Social, no município de Piracicaba, nossas propostas são:

I. Criação de Políticas públicas articuladas nas áreas de políticas sociais e equidade em constante sintonia com a população e as secretárias secretarias de municipais.



II. Instituição de núcleo de serviços sociais à população na organização de serviços, benefícios e direitos em articulação com população.

III. Construção de um plano estratégico com as demandas da população com a participação da mesma em suas localidades e em parcerias com as universidades, faculdades e institutos de pesquisa;

IV. Projeto de ação social para analisar, compreender e desenvolver uma agenda das demandas dos idosos dos municípios;

V. Programa social de inclusão e desenvolvimento para os deficientes em suas diversidades e demandas.

VI. Criação de políticas públicas da juventude de justiça social e equidade com a participação da mesma, como núcleo de luta e superação dos altos índices de desigualdade social.

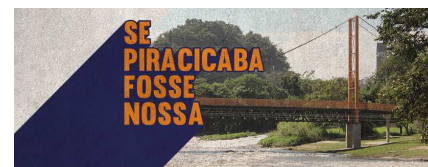
VII. Efetivação de um Programa Municipal de Combate às Consequências do Desemprego em Piracicaba.

7. CULTURA

Piracicaba é uma cidade brilhante nesse aspecto. Entretanto, segundo artistas independentes da cidade, a atual “Secretaria de Ação Cultural” não fortalece o atual “estado da arte” da cultura municipal. Desta maneira, temos como propostas:

I. A democratização do ConCult (Conselho Municipal da Cultura) e ampliação de cadeiras destinadas à sociedade civil.

II. A criação de uma incubadora de projetos culturais na Secretaria Municipal de Cultura que contribua para a captação de recursos privados e governamentais na área.



I. Retomada do projeto "Cinema nos Bairros", com a apresentação periódica de filmes de qualidade para a população de Piracicaba.

II. Devolver para a cidade de Piracicaba o Teatro Municipal Dr. Losso Netto que está com obras embargadas desde o segundo semestre de 2013.

III. Criar a "Rota da Cultura". Oferecer à população de Piracicaba uma ou mais linhas gratuitas de ônibus aos domingos e feriados que permitam o acesso às atividades e pontos culturais da cidade.

IV. Debater com os agentes culturais da cidade o "Ser Humano Piracicabano", as características culturais marcantes do cidadão de Piracicaba, além da história e da formação da identidade piracicabana.

V. Criação de polo de capacitação e qualificação ao setor de turismo em parceria com as universidades e faculdades;

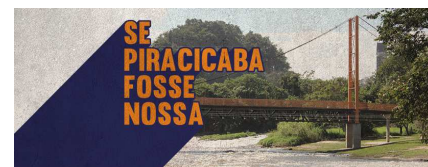
VI. Criação de um Núcleo de Turismo em sintonia com os vários órgãos da gestão pública, do setor público, comércio e serviços;

VII. Institucionalização de políticas públicas de salvaguardas do patrimônio imaterial da cidade e região de acordo com A Constituição Federal de 1988, nos [artigos 215](#) e [216](#), que ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial.

VIII. Núcleo de apoio e supervisão ao patrimônio histórico, artístico e geográfico de Piracicaba em sintonia com a área de turismo.

IX. Construção de plano estratégico na área de desenvolvimentos turísticos e equipamentos de lazer.

8. MORADIA



Nossa proposta de moradia nasce a partir da visão de um urbanismo descentralizado, isto é: construído a partir da perspectiva dos próprios moradores dos bairros de Piracicaba. Esta é uma proposta construída a partir da experiência do arquiteto Luis Kehl ⁷.

Os dados sobre moradia da cidade apontam para mais de 20 mil pessoas (mais 5% da população total) vivendo em habitações subnormais – que são ocupações em áreas com risco ambiental e sanitário. Exemplo dessas ocupações são as chamadas “favelas” da Portelinha e do Cantagalo.

De outro lado, existem conjuntos habitacionais populares, construídos nas periferias da cidade, que apresentam muitas problemáticas ligadas ao direito à moradia digna dos cidadãos. Exemplo desses bairros são o Bosque do Lenheiro e o Jardim Gilda, que, apesar de serem conjuntos habitacionais planejados pelo poder público, apresentam problemas ligados ao transporte coletivo urbano, aos serviços públicos básicos e à ausência de centros de lazer que permitam uma qualidade de vida aos moradores.

Outra problemática dos bairros pobres de Piracicaba é a realidade do tráfico de entorpecentes. Uma política pública coerente, que objetive resolver o problema, tenderá a tratá-lo como caso de saúde pública (e não de polícia). Como é evidência, hoje, nas sociedades contemporâneas, a “Guerra às Drogas” apenas cria, cada vez, mais vítimas (entre policiais e traficantes). A solução do problema está ligada ao combate aos grandes cartéis internacionais de drogas (que contam com acordos políticos escusos) e não ao combate (por meio de policiais mal pagos e mal treinados) nas zonas periféricas das cidades, onde muitas vezes, criam-se vítimas inocentes dessa guerra (entre policiais e cidadãos).

⁷ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pr-bwi6V4m4>>. Acesso em: 08 Ago. 2016.

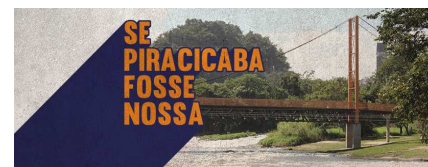


Dadas a essas problemáticas, nossa proposta na área de moradia é da regularização fundiária das famílias que vivem em ocupações no município, ampliando e qualificando os programas de moradia popular e, principalmente, um projeto urbanista voltado a atender as demandas da periferia da cidade, atendendo, de maneira horizontal, as demandas das populações dos bairros periféricos. Desta maneira - do “interno” da comunidade para o “externo” do poder público - é que se efetiva o melhor caminho para a solução dos problemas urbanos dos moradores das periferias da cidade.

9. MOBILIDADE URBANA

A nossa proposta de mobilidade urbana é uma “utopias de horizontes” possíveis para a nossa cidade é uma proposta de mobilidade para todos, e não só para um grupo determinado de pessoas. Neste sentido, a nossa utopia de horizontes é uma mobilidade urbana de lutas, garantias de direitos, construções coletivas de espaços e territórios que resista ao escoamento da miséria para as periferias, com propostas sustentáveis e democráticas.

- I. Operacionalização do Conselho de Mobilidade Urbana.
- II. Melhorar a qualidade e quantidade dos ônibus, principalmente nas linhas e horários mais utilizados pelos trabalhadores da cidade.
- III. Realizar estudos de viabilização do projeto Tarifa Zero no município.
- IV. Ampliar as ciclovias da cidade.
- V. Redução de congestionamento feito pela ampliação (em qualidade e quantidade) do transporte público e das ciclovias.



VI. Domingo livre de tarifa para lugares turísticos de Piracicaba e eventos culturais.

10. IGUALDADE DE GÊNERO (DIREITOS DAS MULHERES)

I. Paridade de gênero no secretariado municipal, com metade das secretarias (no mínimo) ocupada e gerida por mulheres.

II. Ampliar o “Centro de Referência no Atendimento à Mulher” no município, com atendimento psicológico às mulheres que sofreram violência doméstica.

III. Promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres urbanas por meio de formação profissional voltada para mulheres chefes de família ou não, considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe, raça e etnia, desenvolvendo ações específicas que contribuam para a eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, por meio de cursos de qualificação profissional, tanto no nível técnico quanto ensino superior, com convênios entre prefeitura e instituições de ensino da cidade.

IV. Delegacia de mulheres 24 horas, para combater a violência doméstica de forma mais eficaz e que garanta a segurança das mulheres que sofrem violência constante.

V. Prioridade de atendimento em creches de período integral para mulheres trabalhadoras.

VI. Promover junto com a comunidade escolar programas permanentes por meio de campanhas educativas, de prevenção da violência contra as mulheres.



VII. Promover, por meio da secretaria de educação municipal, a formação dos profissionais da educação, no contexto escolar da temática do enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres, na perspectiva dos direitos humanos e igualdade de gênero. Elaborar e distribuir materiais didáticos referentes a gênero, raça, etnia, orientação sexual e direitos humanos, que combata a toda forma de violência contra a mulher.

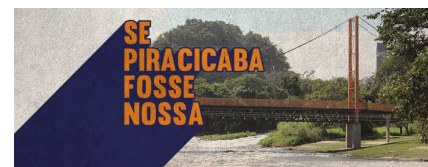
VIII. Promover ações junto a secretaria de saúde municipal a prevenção das DSTs e criação de unidade de saúde específica pra saúde da mulher, com profissionais especializados e estender esse atendimento na zona rural de Piracicaba, por meio dessa ação garantir acesso ao atendimento ginecológico de qualidade para todas as mulheres, observando as dificuldades decorrentes de desigualdades sociais, das diferenças de raça, etnia, ou ainda por estarem ou viverem com doenças que promovam estigmas sociais, como HIV/Aids entre outras DSTs.

IX. Ampliar o acesso e melhorar a qualidade do cuidado à saúde integral das mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais.

11. GARANTIA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO LÉSBICA, GAY, BISSEXUAL E TRANSEXUAL (LGBT+)

CALGBT+

I. Criação do “Centro de Acolhimento LGBT+”, responsável pelo acolhimento de LGBT+, amigos e familiares, oferecendo suporte e apoio a fim de reconciliações realizadas por intermédio profissional, o CALGBT+ também oferecera encaminhamento Psicológico, Médico e Jurídico.



II. Oferecer moradia temporária (albergue) para LGBTs vítimas domésticas de LGBTfobia.

III. Fiscalizar órgãos jurídicos a fim de garantia de igualdade jurídica para a população LGBT em todos os âmbitos.

IV. Fornecer para os estabelecimentos comerciais o “Selo Amigo da Diversidade”, para as empresas que respeitam o amor e a identidade da comunidade LGBT.

Educação para a Diversidade

I. O CALGBT+ fará a realização de treinamento da Polícia Municipal, Órgãos de Saúde e demais órgãos públicos para lidarem com a diversidade.

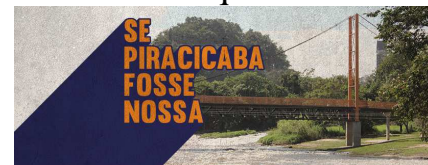
II. O CALGBT+ fará a realização de treinamento em ambiente escolar a fim de eliminar o *bullying*, seguido de acompanhamento permanente às vítimas.

Parada LGBT

I. Inclusão de um dia, no calendário festivo de Piracicaba, para a “Passeata do Orgulho e de Luta LGBT+”.

12. GARANTIA DOS DIREITOS DA POPULAÇÃO NEGRA / AFRODESCENDENTE

As propostas nessa área serão efetivadas por meio da operacionalização do Conselho Municipal Popular da População Negra / Afrodescendente. Por isso, Assumimos e apoiamos políticas públicas para o município em benefício das comunidades negras e ressaltamos a necessidade de Ações Afirmativas nas garantias fundamentais que



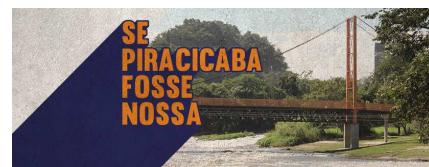
asseguram a dignidade das pessoas humana que promova a justiça e a igualdade de direitos para todos, e de modo especial da juventude negra.

- I. Criação de conselhos de direitos sociais étnicos raciais;
- II. Criação de movimento juvenil de memória, narrativas e culturas musicais e artísticas da comunidade negra no município;
- III. Criação de um observatório de estudo, pesquisa e debate municipal de promoção da igualdade racial nos espaços voltados para o mercado de trabalho com mais dignidade, com apoio das universidades, faculdades e institutos de pesquisas;
- IV. Criação de um projeto teatral nas praças do município que retrate as condições históricas de segregação das comunidades negras na sociedade piracicabana e brasileira.

13. COMUNICAÇÕES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

O desenvolvimento de ciência e tecnologia, no século XXI, é intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento dos sistemas informacionais e de telecomunicações. De mesma maneira, é impossível criar um projeto de Ciência e Tecnologia operacional se não vincularmos com um projeto de educação comprometido com o ensino público de qualidade e da promoção da liberdade coletiva.

- I. Criação de uma WebTV para o monitoramento ambiental e das demandas sociais em Piracicaba.
- II. Criação e incentivo de rádios comunitárias.



III. Desenvolvimento de um plano piloto de tecnologia e sistema de informação para articulação entre secretárias e as áreas de planejamento das secretárias municipais com apoio das universidades, faculdades e institutos de pesquisas.

IV. Criação de sistema de informação de sistema de geoprocessamento integrado entre as secretárias.

V. Desenvolvimento de um sistema de informação de um portal de transparência, audiências públicas e dos custos administrativos.

VI. Criação de um observatório de pesquisa em biodiversidade, ecossistema e conservação ambiental do município com apoio das universidades, faculdades e instituições de pesquisas.

VII. Criação do programa jovem cientista nas escolas municipais, estaduais e particulares, com olimpíadas de matemática, de física e de química, com viabilidade de desenvolvimento de “projetos induzidos” na área ambiental e jogos tecnológicos com apoio das universidades, faculdades e instituições de pesquisa.

VIII. Criação de um núcleo de pesquisa em políticas públicas (plataformas de bases e dados municipais) nas áreas de ciências, tecnologia, inovação e comunicação social para aumentar as participações populares no desenvolvimento e melhorias dos serviços públicos do município.

IX. Criação de um núcleo de apoio, formação e pesquisa em iniciação científica, tecnologia e inovação para os professores e professoras da educação básica da rede municipal.

X. Criação de núcleo de teoria e prática de apoio ao trabalhador de saúde e agentes comunitários de prevenção aos problemas de saúde no município.



XI. Seminário de Juventude na área de ciências, tecnologia e inovação em políticas públicas para o ensino médio.

14. AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE

A concentração da terra e a reforma agrária no município de Piracicaba

IMÓVEIS RURAIS NO MUNICÍPIO POR CATEGORIA E ÁREA (HA) – 2005

Categorias	Imóveis	Área (ha)	% Imóveis	% Área
Grande Propriedade (>150 ha)	161	64.885	4,27	50,29
Média Propriedade (>40 a 150 ha)	445	32.661	11,81	25,32
Pequena Propriedade (10 a 40 ha)	1.176	23.374	31,21	18,12
Minifúndio (<10 ha)	1.955	7.982	51,88	6,19
Não Classificada**	31	109	0,82	0,08
Total	3.768	129.010	100	100

Fonte: Adaptado de IPPLAP⁸

Área dos imóveis rurais: 129.010ha = 93,59% da área rural (IPPLAP, 2005).

Numero de imóveis rurais: 3.768 (IPPLAP, 2005).

As grandes propriedades (maior que 150 ha) representam **apenas 4,27%** dos imóveis rurais de Piracicaba e ocupam **50,29 %** da área e enquanto isso as pequenas propriedades (entre 10 e 40 ha) e minifúndio (menores que 10 ha) representam **83,09%** dos imóveis e ocupam apenas **20,30%** da área.

A concentração fundiária no município também tem outras consequências, como a homogeneização da 'paisagem' rural, uma vez que a maior parte da área agricultável esta ocupada com a cana de açúcar. Segundo Barreto, Sparovek e Gianotti (2006) cerca de 53% da área agricultável do município estava ocupada com cana de açúcar.

Entretanto, a visão da cana com “única-alternativa-economicamente-viável” é mais um resultado de anos de políticas de incentivos e subsídios ao setor canavieiro e a da falta de políticas concretas de desenvolvimento rural baseadas na diversificação agropecuária e criação de um sistema agroalimentar local do que da inexistência de alternativas viáveis de culturas para a região. Além disso, a homogeneização do uso do solo agrícola é agravada pela predominante prática do arrendamento da terra para cultivo da cana, culminado em casos em que as divisas das propriedades são removidas para cultivo extensivo de várias propriedades por arrendatários. Reforçado pelos longos prazos desses contratos, essas práticas praticamente inviabilizam a manutenção de

⁸ Segundo o Cadastro Nacional do INCRA, em 2003 o número de propriedades em Piracicaba somava 3328, com uma área de 117.656 ha.



outras atividades na propriedade ou a retomada da propriedade para outros fins agrícolas.

Terras públicas devolutas e terras privadas improdutivas em Piracicaba

Há que questionar a legitimidade de algumas propriedades rurais no município. Como se sabe, a prática da grilagem é comum no Brasil e significa crime contra o patrimônio público e, portanto, imprescritível. Segundo Prof. Ariovaldo Umbelino Oliveira do Dep. de Geografia da USP, cerca de 30% do território do país é composto por terras devolutas, o que significa “170 milhões de hectares de terras devolutas, a grande maioria cercada ilegalmente, particularmente, pelos grandes proprietários”⁹.

Além da necessidade de comprar a titulação das terras das médias e grandes propriedades, as atuais terras em uso agrícola devem cumprir a **Função Social da Terra**, definida no Estatuto da Terra em seu Art. 2º e § 1º, que asseguram a todos a “oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social” cumprida quando “a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias; b) mantém níveis satisfatórios de produtividade; c) assegura a conservação dos recursos naturais; d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem. A Função Social da Terra também é definida na Constituição Federal 1988, Art. 186, sendo ela cumprida “quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I - aproveitamento racional e adequado; II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Também, segundo o Art. 184 da Constituição Federal de 1988, compete à União, **desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social**¹⁰

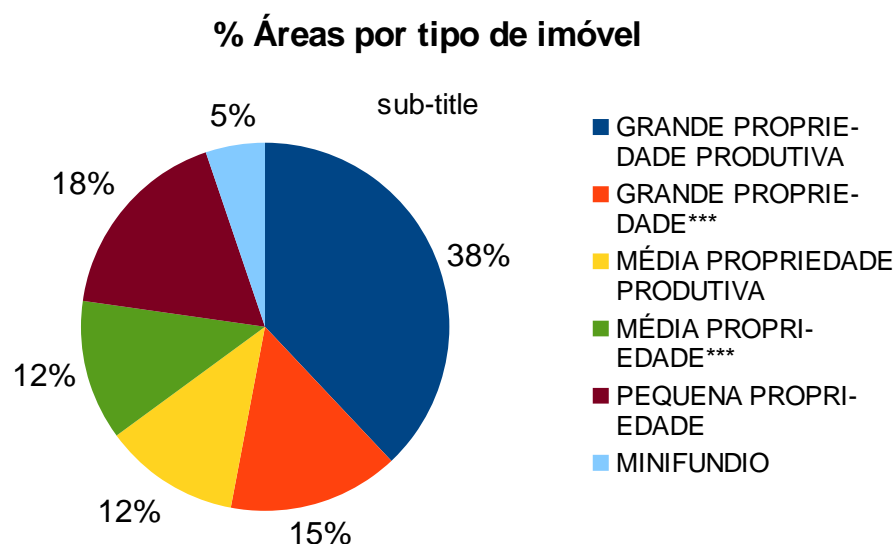
9 OLIVEIRA, A. U. A Questão Agrária no Brasil: não reforma e contrarreforma agrária no governo Lula. In: Conselho Regional de Economia, Sindicato dos Economistas e Centro de Estudos para o Desenvolvimento. (Org.). **OS ANOS LULA - contribuições para um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, v.1, p. 287-32.

10 A desapropriação se dá “mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei”.



A reforma agrária conforma-se, de acordo com a justa e objetiva interpretação das leis citadas como dever do estado e direito do cidadão, devendo o Poder Público, em todas as suas instâncias, apoiá-la.

Com base na Base de dados do cadastro do INCRA-2003 é possível fazer as



seguintes análises sobre o município de Piracicaba¹¹:

Piracicaba: propriedades em geral

Imóveis Desapropriáveis

Definição: são imóveis improdutivos, imóveis que não atingem o índices de produtividade do Censo Agropecuário do IBGE de 1975.

Base legal: Art. 185 da Constituição Federal, que dispõe (grifos nossos):

“São insuscetíveis de **desapropriação** para fins de reforma agrária:

I - a **pequena** e **média** propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário **não possua outra**;

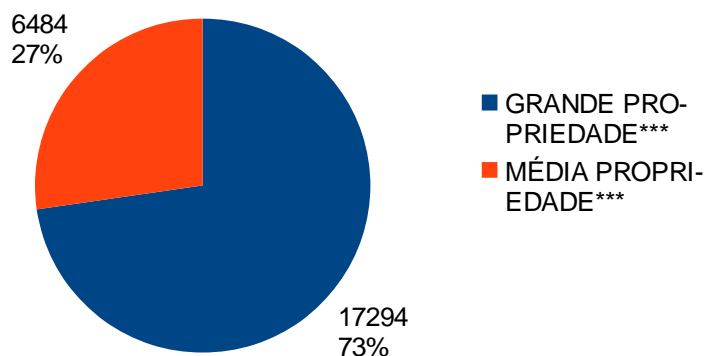
II - a **propriedade produtiva**.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos a sua função social.

¹¹ Observações em relação aos dados do cadastro do INCRA: o cadastro é declaratório, portanto quem é responsável pela informação dos dados e preenchimentos do cadastro é o proprietário do imóvel.

Abrangência dos dados aqui apresentados: foram elencadas como Desapropriáveis apenas as grandes e médias propriedades que constam no cadastro do

% de área desapropriável por tipo de estabelecimento



INCRA (portanto, de acordo com os dados informados pelos supostos proprietários dos imóveis) ¹².

Resultados:

É possível identificar no município 152 propriedades passíveis de desapropriação com base no Art. 185 da Constituição Federal, que somam uma área de 23.778 ha.

Imóveis Arrecadáveis

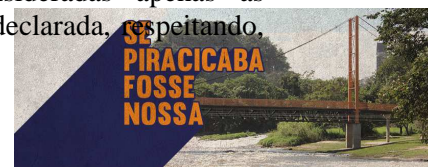
Definição: são imóveis cujos declarantes declararam não ter documento de propriedade, ou seja, não possuem título de propriedade, sendo os imóveis caracterizados como propriedade pública e ou pública devoluta.

Base legal:

Abrangência dos dados aqui apresentados: foram elencadas como Arrecadáveis apenas as grandes e médias propriedades que constam no cadastro do INCRA (portanto, de acordo com os dados informados pelos supostos proprietários dos imóveis).

OBSERVAÇÃO:

¹² OBSERVAÇÃO: para as médias propriedades, foram consideradas apenas as propriedades improdutivas cujo declarante possui mais de uma imóvel declarada, portanto, o Art. 185, I, da Constituição Federal de 1988.



Resultados:

Imóveis Arrecadáveis: 8 imóveis, 2.944 ha de área de posse.

Conclusão

É necessário um aprofundar o estudo sobre esses dados, analisando as matrículas dos cartórios para identificar a efetividade da desapropriação ou arrecadação analisada, aqui, de acordo com informações declaradas. Caso confirmados esses números, isso significa um grande desafio e um longo caminho para desapropriação, arrecadação e a possível reforma agrária de 26.722 ha no município quem somado a políticas de Desenvolvimento Rural voltadas à diversificação produtiva, revitalização do campo e de um sistema agroalimentar local pode mudar completamente a paisagem rural e a economia do município, além de gerar emprego e renda.

A produção agropecuária e abastecimento

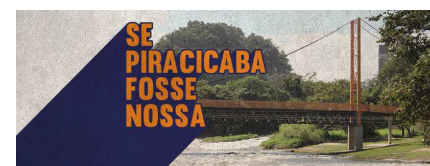
Tabela 10. Uso e ocupação das terras de Piracicaba.

	Total (ha)	Total (%)
Piracicaba	138.538	100,00
Cana-de-açúcar	62.978	45,46
Pasto	34.965	25,24
Floresta Remanescente	13.725	9,91
Áreas em Regeneração Natural	13.323	9,62
Floresta Exótica	627	0,45
Urbano	7.851	5,67
Água	4.140	2,99
Outros	930	0,67
APP ¹	11.566	8,35

¹APP = área de preservação permanente estimada. Não representa cobertura florestal.

Como foi apresentado nos dados da estrutura fundiária, a terra em Piracicaba está altamente concentrada e as raízes históricas de seu uso permanecem até hoje, sendo a cultura da cana-de-açúcar a principal delas.

A cana de açúcar ocupava 45,46 % da área do município segundo Barreto, Sparovek e Gianotti (2006), seguida do pasto (25,24%) e em função dessa homogeneização agrícola e da falta de políticas adequadas de promoção da soberania alimentar no município, Piracicaba é um município que depende em grande parte de elementos produzidos fora da região. Cumpre assim, os entrepostos de comercialização da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP) de Piracicaba e Campinas, um importante papel nesse sentido.



Apesar da massiva ocupação do território pela cana, existem outros espaços potenciais para a diversificação produtiva. Segundo a Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento de Piracicaba (**SEMA**) **a cidade possui** 30 pontos de vendas distribuídos no município que contribuem para que o pequeno produtor rural entre em contato direto com o consumidor final com “eliminar” a figura do atravessador.

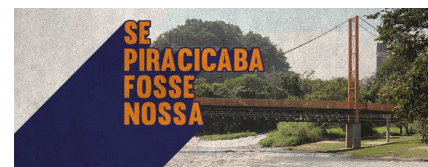
Essas ações cabem ao **Departamento de Abastecimento Alimentar (DEPAB)** que tem como competência, através do Plano Municipal de Abastecimento Alimentar, a formulação e desenvolvimento de políticas públicas de abastecimento alimentar para o município, através do, pautado no conceito de segurança alimentar e nutricional.

Entretanto, dos 138 permissionários, dentre os quais somente 45% são pequenos produtores, o que deixa em aberto muitas possibilidades para um novo e mais amplo campo de ações para o incentivo à produção e comercialização local de alimentos como Política de desenvolvimento rural visando a soberania alimentar.

Produção ecológica de alimentos

Com relação à **produção ecológica de alimentos**, dados do IBGE do censo agropecuário de 2006 indicam que o município possui 18 estabelecimentos agropecuários que fazem uso de agricultura orgânica, número ínfimo se levarmos em conta o potencial da produção de alimentos com bases ecológicas no município e o potencial de geração de trabalho e renda, especialmente dada a predominância de pequenas propriedades e minifúndio (83,09% dos imóveis, ocupando cerca de 30.000 ha).

No município existem também importantes iniciativas de apoio à comercialização de produtos ecológicos da agricultura familiar e de artesanos locais, como a Rede Guandu (desde 2007) e o Direto da Roça, que servem como exemplos de ações da sociedade civil que podem inspirar a implementação de políticas públicas municipais.



Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos, segundo a UF, a Mesorregião, a Microrregião e o Município - 2006

Cidade	Total de estabelecimentos	Uso de agricultura orgânica nos estabelecimentos			
		Total	Faz e é certificado por entidade credenciada	Faz e não é certificado por entidade credenciada	Não faz
Piracicaba	1 034	18	3	15	1 016

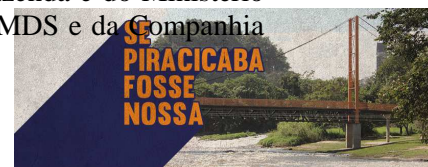
Além disso, existem espaços nas estruturas de comercialização municipais para a comercialização de produtos orgânicos, como o Cantinho Orgânico (Varejão da Paulista: quartas-feiras, das 15h às 20h, avenida Dr. Paulo de Moraes, 2110; Varejão Central: sábados, das 6h às 12h, rua Santa Cruz, 1.260 e Feira de Produtos Orgânicos: sábados, das 07h às 12h, rua São João, no estacionamento da Escola Mello Moraes.

As políticas públicas de apoio à comercialização

Existem políticas públicas nacionais de apoio à produção e comercialização direta de alimentos da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos¹³, instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISANO e é parte do Programa Fome Zero. O programa possui diferentes modalidades (Compra Direta, Compra com Doação Simultânea – CDS, Apoio à Formação de Estoques – CPR-Estoque, PAA-Leite -Apoio à Produção para o Consumo do Leite-, Compra Institucional e Aquisição de Sementes.

Além dele, o apoio à **compra direta de alimentos da agricultura familiar** também se dá pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009 que determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)** deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da

13 O Grupo Gestor (GGPAA) é composto por representantes dos Ministérios: do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Ministério da Educação; e a operacionalização das ações é de responsabilidade do MDS e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).



agricultura familiar¹⁴ por Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório.

Popularmente chamado de PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), essa alocação de recursos para a compra direta de alimentos da agricultura familiar vem impactando positivamente muitos agricultores e organizações da agricultura familiar (Associações, cooperativas, etc) e abre espaço para o apoio à agricultura familiar (em 2010, o orçamento mínimo do FNDE destinado exclusivamente à compra desses produtos foi de R\$900 milhões).

Nesse aspecto, cabe entender como está a execução e proceder a um monitoramento do uso do recurso do FNDE para a compra de alimentos da agricultura familiar no município, além do estabelecimento de ações de fortalecimento do programa, através da articulação das secretarias da Agricultura e Abastecimento (SEMA), do Desenvolvimento Social (SEMDES), da Educação e entidade e instituições que atuam com a agricultura familiar no município (ESALQ; CATI, COMDER, CONSEMA; COMSEA; ONGs)

O atual Plano Municipal de Abastecimento Alimentar, teoricamente pautado no conceito de segurança alimentar e nutricional, deve ser ampliado para incorporar os conceitos aqui apresentados de Soberania Alimentar¹⁵ e de sistema agroalimentar local, integrando as ações de Desenvolvimento Rural e Conservação da Natureza.

O meio ambiente

A monocultura da cana promove também a degradação do meio-ambiente, seja pela poluição através do uso dos agrotóxicos (adubos químicos solúveis, fungicidas, inseticidas e herbicidas) seja pela ocupação e uso indevido de áreas de proteção ambiental. Segundo os dados apresentados por Barreto, Sparovek e Gianotti (2006, tabela 18), do total da área de proteção permanente (APP) do município (11.566ha), excetuando-se as áreas de florestas remanescentes, florestas em recuperação e ocupação

14 Regulamentada pela Resolução CD/ FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 e atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015.

15 Soberania alimentar é o direito das pessoas a alimentos saudáveis e culturalmente apropriados produzidos através de métodos sustentáveis e ecológicos e o seu direito de definir seus próprios sistemas alimentares e de produção agrícola. Isso coloca as aspirações e as necessidades das daqueles que produzem, distribuem e consomem os alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, ao invés das demandas do mercado e das corporações (Declaração de Nyéléni, Primeiro Fórum Mundial de Soberania Alimentar, Mali, 2009)



urbana, cerca de 60% está ocupada por cana-de-açúcar e 31% por pasto, o que representa, respectivamente, 32% e 16% do total da área de APP do município.

A ocupação das áreas de APP com a cana-de-açúcar aumenta o potencial de impacto ambiental da cultura através da contaminação dos rios e nascentes pelos agrotóxicos ou seu assoreamento por processos erosivos.

Ocupações indevidas em APP					
	Cana	Pasto	Urbano	Floresta Exótica	Total
Área (ha)	3649	1865	486	25	6025
%	60,56	30,95	8,07	0,41	100

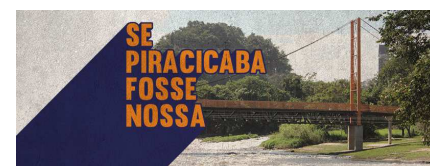
Sendo a maior parte da área do município rural, e portanto sujeita às ações degradantes e poluentes da agricultura atualmente em curso, as mudanças na dinâmica econômica e no uso da terra tornam-se fundamentais para o alcance de uma efetiva e representativa melhoria na qualidade ambiental e na conservação da natureza no município, aliadas a ações urbanas.

Acreditamos que uma sociedade socialista deve ter como um dos princípios o respeito à natureza e às dinâmicas e ciclos naturais. A proteção da natureza, desta forma, deve ser um eixo transversal em todas as políticas e ações municipais, junto com a promoção da qualidade de vida da população.

Espaços e Vidas Rurais

O corrente processo de desestruturação das áreas rurais (fechamento de escolas, generalização da monocultura, etc.) em andamento no município contribui para os problemas hoje enfrentados pela população que lá vive e agravando os problemas de migração para centros urbanos em condições desumana, criação de um vazio rural e situação de insegurança para os que lá ficam.

Sabemos que o **Departamento de Obras e Estradas Rurais** – é uma das principais agentes das ações municipais na área rural, responsável pela manutenção e conservação diária de cerca de 2600km de estradas rurais, 147 pontes, mata burros, escolas e centros comunitários rurais e abrangendo 127 bairros rurais. Juntamente com a segurança, a qualidade das estradas rurais é uma das principais preocupações da população rural do município, e pauta constante nas discussões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (COMDER).



Entretanto, entendemos que o projeto para as áreas rurais deve ser concebido dentro de um projeto de desenvolvimento rural e urbano integrado. Um novo projeto para o meio rural tem que levar em conta novas conformações produtivas e agrícolas para o município, através de políticas integradas de desenvolvimento voltados para o incentivo à transformação da matriz agrícola produtiva, produção de alimentos, revalorização dos espaços rurais como espaços de moradia e sociabilidade. Nesse contexto, as ações municipais de manutenção e conservação das estradas e estruturas e da segurança rural passam a fazer sentido em um contexto mais amplo de melhoria e promoção da qualidade de vida nas áreas rurais.

----- “ --- ” -----

Desta maneira, um projeto orgânico de desenvolvimento municipal que integre as políticas de promoção de qualidade de vida rural, geração de trabalho e renda, conservação da Natureza, Produção de Alimentos e promoção de um sistema Agroalimentar fortemente localizado, Alimentação está em profunda sintonia com o Programa Nacional do PSOL (Parte III – Um programa de ação, de reivindicações dos trabalhadores e do povo pobre e medidas democráticas, anticapitalistas e anti-imperialistas), em especial com os seguintes pontos:

II. Elaboração de um plano para a reforma agrária no município. Consideramos que essa é uma reivindicação popular, já secular no Brasil e necessita ser atendida pela representatividade pública. A terra precisa estar nas mãos de quem nela trabalha e quer trabalhar. Apoio aos movimentos sociais camponeses, assim como todas as reivindicações camponesas.

III. Elaboração, também, de um plano para a reforma urbana no município de Piracicaba. Moradia digna com condições dignas para todos e combate a especulação imobiliária.

IV. Ampliar os gastos públicos para saúde, educação e infraestrutura.

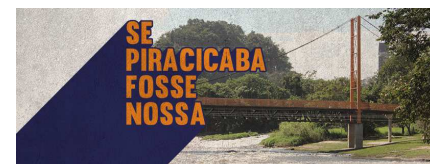
V. Ampliar políticas que impeçam privatizações de setores públicos estratégicos.

VI. Programa agricultura familiar sem agrotóxicos.

VII. Programa financiamento agricultura familiar.

VIII. Projeto capacitação técnica de manejo da agricultura familiar.

IX. Programa de assentamento rural, processamento de alimentos e sustentabilidade.



X. Projeto de Segurança alimentar e nutricional para o desenvolvimento da cidade – agricultura familiar e atendimento para as nossas escolas.

XI. Observatório ambiental e fórum de políticas ambientais: medição da qualidade ambiental do município.

XII. Projeto de Olho no Rio Piracicaba, Piracicamirim e Corumbataí – verificação e combate a poluição.

XIII. Reflorestamento das margens do Rio Piracicaba com árvores nativas.

XIV. Projeto horta sustentável para as comunidades.

XV. Projeto alimento para as pessoas e para os automóveis – cooperativas agrícolas e pequenas propriedades agrárias.

XVI. Avaliação dos parques lineares atuais.

15. ESPORTE E LAZER

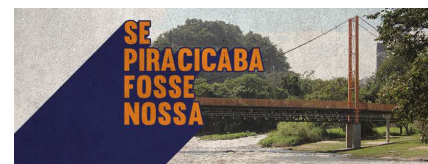
A nossa proposta para área de esporte e lazer é a de viabilizar a criação de novas áreas comunitárias de esporte e lazer que inclua a comunidade nos espaços públicos de urbanização na promoção de ambiente mais democrático, saudável e bem estar à população. Como superação das situações de exclusão social e violência:

I. Escola aberta para Igualdade social e a liberdade de expressão – projeto que visa abrir as escolas municipais aos finais de semanas para atender as crianças, adolescentes e jovens das comunidades de Piracicaba, para atividades esportivas e culturais.

II. Projeto futebol, basquete e vôlei de Rua Cidadão, Campeonato cidadão de futebol de Rua nos bairros e no Centro – Final do Campeonato Cidadão de Futebol de Rua na Rua do Porto.

III. Escola cidadã de Música contra a Exclusão e a desigualdade nos centros comunitários;

IV. Projeto arte-educação nos Centros Comunitários



- V. Artes Marciais e cidadania nos Centros comunitários;
- VI. Festivais de música na Rua do Porto, de diversos estilos musicais.
- VII. Projeto Área de Lazer, vida e saúde: disponibilizar monitoria e profissionais de educação física e fisioterapia para a “terceira idade”, grupos de riscos – obesidades mórbidas.
- VIII. Esporte e cultura sem exclusão para pessoas com deficiência.



Considerações finais

Conforme especificado em nossa *apresentação*, esse plano de governo é construído coletivamente a partir da metodologia “Ver, Julgar e Agir”. Esclarecemos que o presente documento apresentado está em plena construção coletiva em conjunto com nossa campanha “Se Piracicaba Fosse Nossa”. Algumas demandas ainda não puderam ser, de melhor maneira, abordadas, como por exemplo: na área de Assistência Social (área que ocupa preocupação central em nossos objetivos representativos) e, também, na área de Garantia dos Direitos à População Negra / Afrodescendente, dado os prazos eleitorais de entrega do presente documento. Esperamos que o leitor, preocupado com essas questões, tenha compreendido que nosso plano de governo atende essas demandas por meio de outras áreas correlacionadas (como no projeto de Educação, Cidadania, Direitos Humanos, Moradia e combate ao desemprego) e que essas questões são de profunda preocupação de nossa representação popular. Qualquer dúvida surgida pelos cidadãos, a partir do documento exposto, pedimos que entrem em contato conosco para estabelecer diálogos profícuos, nos quais surjam novas propostas de construção de uma Piracicaba, efetivamente, das pessoas! Apenas desta maneira, podemos concluir que, definitivamente, os sonhos podem - e devem - governar!

